



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e suas repercussões no trabalho profissional da e do assistente social

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E ASSÉDIO MORAL: Um estudo sobre as repercussões na saúde da(o)s assistentes sociais que atuam nas Instituições Federais de Ensino Superior/IFES – Pará

MYLVIA MASAKO ANAISSI KIKUCHI ¹
VERA LÚCIA BATISTA GOMES ²

RESUMO: O artigo analisa a precarização do trabalho, o assédio moral e suas repercussões na saúde da(o)s assistentes sociais que atuam nas IFES/Pará. Foi baseado em resultados de uma pesquisa, em andamento, através da revisão sistemática da literatura. A luz do aporte teórico-metodológico marxista analisa as relações de trabalho, com destaque para o assédio moral e suas repercussões na saúde dessa(e)s profissionais. Os resultados apontam que as novas formas de gestão pautadas na flexibilização das relações de trabalho vêm acirrando a competição entre a(o)s trabalhadores, provocando o assédio moral com repercussões na saúde da(o)s trabalhadora(e)s.

Palavras-chaves: precarização do trabalho, condições de trabalho, assédio moral, saúde, Serviço Social.

ABSTRACT: The article analyzes the precariousness of work, moral harassment and its repercussions on the health of social workers who work in IFES/Pará. It was based on the results of an ongoing research through a systematic review of the literature. In the light of the Marxist theoretical-methodological contribution, it analyzes labor relations, with emphasis on moral harassment and its repercussions on the health of these professionals. The

¹Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Pará

²Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Pará

results indicate that the new forms of management based on the flexibilization of work relations have intensified competition between workers, causing moral harassment with repercussions on the health of workers.

Keywords: precariousness of work, working conditions, moral harassment, health, Social Work.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a precarização do trabalho, o assédio moral e suas repercussões na saúde da(o)s assistentes sociais que atuam nas IFES no Pará. Teve por base os resultados parciais de uma pesquisa sobre esta temática, em curso, que subsidiará a dissertação de mestrado em Serviço Social, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará/PPGSS-UFGPA, de uma das autoras, além dos estudos realizados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas – Gep/Tesa, o qual é vinculado ao PPGSS-UFGPA, o que possibilitou a revisão da literatura efetuada sobre as profundas transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, nos últimos anos, em particular, sobre as formas de gestão das relações de trabalho, precarização do trabalho, saúde do trabalhador, trabalho profissional da(o) assistente social, dentre outros.

O interesse em construir esta comunicação se deu, ao considerar que nas últimas décadas, constata-se a ocorrência de um novo metabolismo social do trabalho, o que tem implicado não, somente, em novas formas de consumo da força de trabalho, mais, também, no modo de desconstituição do ser genérico humano (ALVES, 2013). Trata-se, então, de profundas mudanças no mundo do trabalho provocadas pela crise estrutural do capital. Segundo Paniago (2010), “há um certo consenso em se reconhecer que o capitalismo passa a enfrentar enormes dificuldades para manter seu movimento expansivo, a partir de 1970” (p.112), caracterizando uma crise estrutural do capital. Assim, um novo período se abre com o aparecimento de entraves cada vez maiores à manutenção do crescimento das taxas de lucratividade do capital global, até então alcançadas” (PANIAGO, 2010, p. 112).

Apesar de que falar de crise do capital não se constitui algo novo, visto que, desde a sua fase madura tem enfrentado várias crises de acumulação e expansão do capital, de maneira a “progredir para além de suas barreiras imediatas e, desse modo, estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação” (MÉSZÁROS, 2002, p.794), a crise

inaugurada desde 1970, apresenta características e efeitos de muito maior gravidade, sobretudo, para a classe trabalhadora. Neste contexto foram criadas estratégias para a recuperação das taxas de lucros, dentre as quais, destaca-se o processo de reestruturação produtiva que impulsionou a revolução tecnológica da microeletrônica e das redes telemáticas e informacionais, sob a mundialização do capital e do sócio metabolismo da barbárie, criando, assim, novas formas de precarização do trabalho (ALVES, 2007)

Nesse contexto, a precarização do trabalho tem se apresentado sob diversas formas, dentre as quais, o fenômeno assédio moral, violência esta que se torna presente nas relações de trabalho, seja no âmbito público ou privado, em particular, entre os profissionais de Serviço Social, nas IFES, no Pará, as quais têm ampliado e se constituído um dos espaços sócio-ocupacionais da(o)s assistentes sociais.

Mas, com a adoção da programática neoliberal, a partir dos anos 1990, o Estado brasileiro passou a instituir formas de gestão e de gerenciamento das políticas públicas seguindo a lógica de mercado que se intensificam, ainda mais, no contexto de (des)governo dos presidentes Michael Temer e Jair Bolsonaro, com o aumento das privatizações e o do sucateamento dos serviços públicos, o que têm provocando profundas transformações do mundo do trabalho que impactam nos mais diferentes campos profissionais, tornando, cada vez mais, complexas e precárias as relações/condições de trabalho.

O artigo encontra-se estruturado em 04 (quatro) seções, a saber: a primeira, sendo a Introdução; a segunda intitulada “Transformações e precarização do trabalho na contemporaneidade: breves notas para o debate” que apresenta elementos para a compreensão sobre o trabalho e as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, enquanto estratégias para o enfrentamento à crise estrutural do capital; a terceira seção com o título “O assédio moral e as suas repercussões na saúde da(o)s assistentes sociais” que reporta sobre a compreensão do assédio moral e as suas repercussões na saúde da(o)s trabalhadores, dentre estes, a(o)s assistentes sociais; e seguido da quarta e última seção que se refere a Conclusão, o qual traz apontamentos que as relações/condições de trabalho podem afetar de forma significativa na saúde da(o)s trabalhadora(e)s, causando sofrimentos e adoecimentos, dentre eles a ocorrência do fenômeno assédio moral.

2. TRANSFORMAÇÕES E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA

CONTEMPORANEIDADE: BREVES NOTAS PARA O DEBATE

A tentativa de compreender a relação entre a precarização do trabalho e o assédio moral nos espaços sócio-ocupacionais da(o)s assistentes sociais que trabalham nas IFES no Pará, assim como, se o assédio moral tem afetado a saúde dessa(e)s profissionais, conduziu, inicialmente, a precisar o que se entende pela categoria trabalho. Assim, a luz da teoria marxista, considera-se que o trabalho é o elemento fundante do ser social, por meio do qual se dá o processo de humanização, consubstanciando-se como categoria central para análise da sociedade, independentemente, de qualquer formação social, para, então, compreendê-lo na contemporaneidade, sobretudo, no contexto da crise do capital que vêm impondo novas formas de gestão da força de trabalho, o que tem implicado na individualização do trabalho, na competição entre os próprios trabalhadores, devido as novas formas de controle para o alcance de metas de produção, da polivalência etc., na intensificação do trabalho, no assédio moral, o que tem repercutido na saúde da(o)s trabalhadores, dentre a(o)s quais, a (o) assistente social.

Segundo Marx (2014), o trabalho é a efetivação de um processo que envolve o homem e a natureza, o homem com sua ação “medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza” p.327). Deste modo, o trabalho, em seu sentido ontológico, apresenta o intercâmbio entre o homem e a natureza, resultando na realização do ser social. Concomitantemente, apresenta a distinção entre o homem e a natureza, tendo em vista que o trabalho difere o homem das outras espécies dadas as suas capacidades humano-genéricas, na qual se evidencia a capacidade teológica, a práxis e a sociabilidade. Assim, o trabalho, em sua acepção concreta, é direcionado a criação de valores de uso, no qual a produção de produtos é pensada, previamente, com objetivo de assegurar a manutenção da própria vida e a satisfação das necessidades apresentadas por uma dada sociedade, em determinado momento.

Contudo, na sociedade capitalista, o processo de trabalho se converte em um processo de produzir mais-valia, considerando que, o trabalhador ao se apropriar da

matéria-prima e dos instrumentos de trabalho, se apropria de tais recursos para produzir uma mercadoria, de modo que, no resultado desse processo terá um valor de uso, pois, o material natural foi transformado, adaptado às necessidades do ser humano, podendo, ainda, ter um valor de troca o qual se tornará uma mercadoria (Marx, 2013).

Ressalta-se que nesse processo, a força de trabalho, também, se torna uma mercadoria, na medida em que, o trabalhador a transfere para outrem, de forma que a mesma passa a ser comprada através de um salário, resultando numa relação indissociável entre capital e trabalho assalariado (SILVA, 2015). Desta forma, o trabalho se torna abstrato, ou seja, abstraído ao capital, com vista a criar valores de troca e produzir a valorização do capital.

Partindo desses pressupostos, entende-se que o trabalho, na sociedade capitalista, se torna assalariado e alheio ao trabalhador, de maneira que, o trabalhador se resume em produzir mercadorias e, simultaneamente, torna-se uma mercadoria, consubstanciando em um trabalho alienado como mera forma de subsistência do ser humano. Compreende-se, também, a forma de assalariamento como condição necessária a esse modo de produção capitalista, ou seja, o trabalho na sociedade capitalista se pauta na exploração do trabalhador, com vista a gerar lucro ao capitalista.

Dessa forma, compreende-se que o trabalho na sociedade capitalista é precário em si, contudo, salienta-se que as diversas transformações ocorridas no mundo do trabalho a partir da crise do capital de 1970 evidenciou a precarização. Importa destacar que com a crise do capitalismo instaurada, nos anos 70 do século XXI, desencadeou-se a reestruturação do sistema capitalista, como estratégia de enfrentamento à essa crise, considerada por Mészáros (2001), como uma crise estrutural das formas de acumulação que perduraram, desde a Segunda Guerra Mundial. Tais formas de acumulação baseavam-se no modelo taylorista-fordista que se tornou, predominante, durante o século XX, apresentando uma nova forma de organização do trabalho que visava o crescimento da produção do capital.

Segundo Antunes (2005), de forma sintética, refere-se que o binômio taylorismo/fordismo se baseava na produção em massa de mercadorias que se constituía “a partir de uma produção mais *homogeneizada* e muito *verticalizada*” (ANTUNES, 2005, p.38; grifos do autor). Este modelo de organização desenvolvia

grande parte da produção de forma interna, recorrendo, apenas, de maneira secundária ao fornecimento de outras peças. Outra característica desta organização da produção e do trabalho era racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos trabalhadores, evitando, assim, o “desperdício” na produção, com redução do tempo e aumento no ritmo de trabalho, intensificando as formas de exploração. (ANTUNES, 2005, p.38; grifos do autor).

O modelo de organização taylorismo/fordismo de produção, como já referido, tornou-se dominante, no século XX, caracterizado por um período extenso de acumulação de capitais, porém, a partir dos anos 70 e, mais especificamente, no início do século XXI, começa a apresentar os primeiros sinais de esgotamento, devido à crise estrutural do capital que expressava limites e dificuldades para essa forma de organização da produção e do trabalho enquanto um padrão de dominação do capital sobre o trabalho.

Com efeito, esse modelo foi, cada vez mais, cedendo lugar para o modelo de acumulação flexível, como uma estratégia para enfrentar à crise do capital – trata-se de um regime de trabalho inspirado no modelo de produção desenvolvido no Japão: o chamado Toyotismo que tem por base a flexibilização no trabalho, com o objetivo de avançar na produtividade, porém, os direitos trabalhistas, legalmente, instituídos são flexibilizados e desregulamentados, conduzindo a novas formas de precarização do trabalho. O Toyotismo se instala como novo método de gestão da produção, no contexto da crise estrutural do capital.

Essa nova forma de organização do trabalho e de acumulação capitalista propiciou a instituição da flexibilização do trabalho, tendo em vista a redução dos custos da força de trabalho e a reversão da queda nas taxas de lucro do capital. Assim,

Estas sociabilidades emergentes relacionam-se com a necessidade que tem o capital, neste momento, de criar novas formas de subordinação do trabalho, ou seja, que permitam flexibilizar a produção e intensificar a produtividade do trabalho longe da tradição conflitiva que sempre permeou a relação entre patrões e empregados (MOTTA, 2011, p. 30).

Nesse sentido, observa-se que na dinâmica da acumulação flexível, o mercado de trabalho passa por significativas regressões, com impactos nos contratos de trabalho (temporários, em tempo parcial, terceirizados, entre outros), na

rotatividade ou instabilidade da(o)s trabalhadoras/es, provocando novas formas de precarização das relações de trabalho. A precarização do trabalho é conceituada por Alves (2009, p.115) como um “processo social de conteúdo histórico – político, concreto, de natureza complexa, desigual e combinada que atinge o mundo do trabalho, principalmente, setores mais organizados da classe do proletariado”. O autor afirma que a precarização alcança a base social e política dos movimentos socialistas que se institui no século XX, atingindo os proletariados sujeitos de direitos, os quais são, atualmente, alvos da “flexibilização do trabalho” tendo seus direitos ignorados pelas leis do mercado e do sistema capitalista. (ALVES, 2009, p.115; grifos do autor).

Observa-se, então, que as transformações no mundo do trabalho, a partir da reestruturação produtiva, vêm sendo baseadas no ideário neoliberal, não se restringindo, somente, ao contexto empresarial e fabril, mas, atinge, também, o serviço público, na medida em que passou a adotar modelos de gerenciamento que pressiona a(o)s trabalhadores para o aumento da produtividade, por meio de alcance de metas, o que conduz à intensificação do trabalho, ao desmonte das políticas sociais e dos direitos da(o)s trabalhadora(e)s nas instituições públicas e privadas. Sendo assim, Vicente e Raichelis (2015) afirmam que os processos de reestruturação produtiva não são exclusivos das empresas capitalistas, pois:

O que se verifica é que estes, com distintas mediações, estão presentes com intensidades variáveis na organização social do trabalho na esfera estatal, reestruturando e moldando a ação pública no campo das políticas sociais e dos serviços sociais. No caso do setor público-estatal, a exemplo do setor privado, mudanças tecnológicas profundas, com a adoção em diferentes níveis das tecnologias de informação e comunicação (TICs), levam à incorporação da “cultura do gerencialismo”, que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadrando processos e dinâmicas institucionais às metas de controle de “qualidade” e de produtividade a serem alcançadas (VICENTE e RAICHELIS, 2015, p. 4; grifos das autoras).

E neste quadro de pressões para o atingimento de metas que implica na intensificação do trabalho que predispõem a ocorrência do assédio moral, nas relações de trabalho, assim como, o sofrimento e o adoecimento da classe trabalhadora. A dinâmica desta nova forma de reorganização e de gestão da força de trabalho tem sido identificada em pesquisas³ e

³Raichelis (2020), cita a pesquisa de VICENTE (2015) que aborda sobre desgaste mental no trabalho de assistentes sociais que atuam na Política Municipal de habitação em São Paulo. VICENTE, Damares. Serviço Social e desgaste mental. In: RAICHELIS, R.; VICENTE D.; ALBUQUERQUE. V. (orgs). A nova morfologia do Serviço Social. Op.cit.

começam a ser discutidas de começam a ser discutidas de forma ampla pela categoria profissional de assistentes sociais (RAICHELIS, 2020, p.34).

3. O ASSÉDIO MORAL E AS SUAS REPERCUSSÕES NA SAÚDE DE ASSISTENTES SOCIAIS.

Os estudos referentes ao fenômeno assédio moral, ainda, são restritos, na área do Serviço Social e, em particular, com a categoria de assistentes sociais nas IFES- Pará, conforme mostra o resultado da Revisão Sistemática de Literatura -RSL realizado nas seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD; Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e Scielo. Os descritores e combinações aplicadas foram: 1ª combinação - “saúde do assistente social”, “precarização do trabalho” e “assédio moral”; 2ª combinação - "saúde do assistente social" "precarização do trabalho" e "instituição federal de ensino superior"; e 3º descritor “assédio moral”. A última busca constou, apenas, com um descritor devido à dificuldade de combinação para encontrar estudos; sendo assim, adotou-se filtros como: corte temporal (2018 a 2022); e área de conhecimento (Serviço Social).

Com o levantamento da RSL obteve-se no total 88 (oitenta e oito) trabalhos encontrados, porém, selecionou-se, apenas, 13, devido à aplicação do protocolo de pesquisa que constitui os critérios de exclusão: trabalhos que não apresentem semelhança com a temática estudada e que sejam anteriores a 2018; trabalhos escritos em outros idiomas (exceto português); trabalhos que tenham repetição; e publicações cujo acesso seja mediante o pagamento. No que concerne aos critérios de inclusão dos estudos destacam-se: teses, dissertações, artigos científicos, e-books, publicações a partir de 2018, estudos na língua portuguesa; publicações com acesso gratuito; e ausência de duplicidade.

Dentre os estudos selecionados 02 (dois) são teses de doutorado, 09 (nove) dissertações de mestrado e 02 (dois) são artigos científicos publicados nas revistas *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade*, portanto, do quantitativo total desses trabalhos, apenas 01 (um) possui como sujeitos da pesquisa, assistentes sociais e, em sua maioria, pertencem as Regiões Sul e Sudeste.

A análise dos trabalhos selecionados proporcionou, de modo geral, reflexões sobre a precarização do trabalho como expressão das transformações do mundo do trabalho; agravos à saúde de trabalhadores como novas tendências destas transformações e o assédio moral ocorridos nos mais variados ambientes de trabalho, inclusive, nos espaços sócio-ocupacionais onde atuam a(o)s assistentes sociais que, também, são trabalhadora(e)s

assalariada(o)s. No entanto a RSL não identificou trabalhos que abordem a ocorrência deste fenômeno com assistentes sociais na região Amazônica, porém, a partir da atuação do exercício profissional no campo de Saúde e Qualidade de Vida de uma IFES no Pará, de uma das autoras deste artigo, observou que nos últimos 5 anos houve um grande número de adoecimentos em decorrência das relações de trabalho, e por este motivo tem a possibilidade que nesta IFES exista a ocorrência desta violência com os/as trabalhador(a)s, em particular com assistentes sociais.

Os resultados dessas pesquisas indicam que as novas formas de precarização de trabalho são determinadas pelas estratégias utilizadas para o enfrentamento à crise estrutural do capital na contemporaneidade que, dentre outros aspectos vêm acirrando a competição entre as empresas, conduzindo à adoção de novas formas de gestão da força de trabalho, a exemplo da flexibilização das relações de trabalho. Neste contexto, surgem “novas bases institucionais para o desenvolvimento do capitalismo. O sistema econômico, antes, centrado no capital industrial, deslocou-se para modelos flexíveis de produção, com destaque ao capital financeiro” (NORAT, 2018, p.77).

Sendo assim, o adoecimento provocado pelas relações de trabalhos tem se tornado frequente, na contemporaneidade, sobretudo, devido às transformações no mundo do trabalho, que vêm provocando conflitos e impactos na saúde da(o)s trabalhadora(e)s, dentre os quais, o assédio moral. Desta forma, “Falar das consequências do assédio moral na saúde implica pensar nos danos psíquicos que podem apresentar-se como angústia e ansiedade que modificam o ânimo da pessoa afetada” (NORAT, 2018, p.73).

Segundo Figueiredo (2012), o assédio moral passou a ser popularizado, a partir da primeira obra da autora Marie-France Hirigoyen⁴, intitulada: Assédio moral, a violência perversa no cotidiano publicada, na década de 1990. A produção de sua obra despertou atenção para este fenômeno antigo que se processa, no ambiente de trabalho, mas, que à época não era muito compreendido ou havia pouca relevância para a sociedade.

O assédio moral é conceituado por Hirigoyen (2000), como qualquer conduta abusiva que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade, a integridade psíquica ou física de uma pessoa. Para a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2021), o termo “violência e assédio no mundo do trabalho refere-se a um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou de suas ameaças,

⁴Autora com nacionalidade francesa é psiquiatra, psicanalista e psicoterapeuta. Hirigoyen é conhecida mundialmente, como uma das maiores referências sobre o tema Assédio Moral no trabalho.

ocorrência única ou repetida, que visem, causem, ou sejam susceptíveis de causar dano físico, psicológicos, sexual ou econômicos, e inclui violência e assédio com base no gênero” (Convenção OIT 2021, nº 190, p. 09).

No Brasil, os estudos científicos sobre assédio moral, intensificaram-se, a partir dos anos 2000, período este que foi publicada a pesquisa (dissertação de Mestrado na PUC/ SP) realizada pela Dra. Margarida Barreto⁵, em 2002, intitulada como: Uma Jornada de humilhações que desde, então, a autora passou a se especializar nessa temática. Barreto (2013), ao abordar sobre o conceito de assédio moral, analisa a concepção adotada por outros pesquisadores especialistas no tema, no contexto brasileiro, ressaltando que:

No Brasil, não existem tantas discordâncias sobre o conceito de assédio moral. Entendemos o assédio laboral como um risco não visível em que todos os trabalhadores estão expostos, durante a jornada de trabalho, a determinados atos, comportamentos, atitudes e situações constrangedoras que, de forma repetitiva e prolongada durante a jornada de trabalho, no exercício de suas funções, caracterizam-se como assédio moral. Ressaltamos que todos estão expostos, mesmo quando um trabalhador é o escolhido para ser constrangido publicamente ou a portas fechadas, e o medo passa a rondar no coletivo” (BARRETO (2013, p.17).

A autora acima citada associa a ocorrência do assédio moral a fatores psicossociais⁶ que se apresentam ao longo da jornada de trabalho e nas relações laborais devido à organização do processo produtivo. Sendo assim, o assédio moral ocasiona mal-estar e reação social acompanhado de prejuízos psíquicos, desencadeando doenças que podem levar até a morte, como o suicídio. Para esta autora, os agravos à saúde podem ser manifestados através do “aumento do presenteísmo⁷, apesar de adoecido, por sinais de ansiedade e insônia e outras manifestações subjetivas e invisíveis” (BARRETO, 2013, p.13).

⁵Especialista em medicina do Trabalho e doutora em Psicologia Social.

⁶Segundo Barreto (2013), os fatores psicossociais que aponta refere-se as situações relacionadas “ à forma de organizar e administrar o trabalho; à divisão e ao conteúdo das tarefas; ao reconhecimento do trabalho realizado; à falta de apoio e respeito nas relações laborais; à falta de participação nas decisões; à forma de ser avaliado na execução do seu trabalho; à sobrecarga de trabalho e à ambiguidade 14 de papéis; ou mesmo ao modo como a empresa lida com as dificuldades daqueles que não conseguem cumprir a meta de produção, entre tantos outros aspectos. São exterioridades sutis que, a um olhar superficial, não parecem guardar relação com as deficiências da organização do trabalho e, sim, com questões individuais” (BARRETO, 2013, p.13)

⁷O presenteísmo refere-se a “uma condição de presença física do trabalhador em seu posto de trabalho, mas não necessariamente, uma presença integral, ou seja, o trabalhador se encontra total ou parcialmente desconectado do sentido do trabalho, tanto quanto envolvido por outros fatores que podem ser de ordem física ou psicológica, e que, portanto, desviam sua atenção, concentração e criatividade, do trabalho para as questões pessoais”. (CAMARGO, 2017, p.127).

Barreto (2013) destaca, ainda, que a ocorrência do assédio moral no trabalho, ao proporcionar mal-estar pode manifestar-se através da insegurança, do medo que intimida, não somente, a vítima quanto ao coletivo deste ambiente de trabalho. Para esta autora, existem políticas de gestão que adotam o medo e a injúria com o objetivo de que seja permitido a exigência, a ameaça, a imposição e a realização do controle do trabalho, a fim de proporcionar o abandono ou a desistência do emprego, transparecendo ao coletivo que a vítima é culpada e que não tem interesse em trabalhar.

Souza (2019), por ocasião de uma entrevista com a pesquisadora e professora Margarida Barreto, evidencia que nos últimos 20 anos, o assédio moral no trabalho tem se intensificado e que o fenômeno possui relação direta com as mudanças que vêm ocorrerem no mundo do trabalho, pois, o trabalhador da atualidade, dedica-se a empenhar sobre o que lhe é exigido, referente, não somente, às jornadas de trabalho, mais, também, para o alcance metas que se encontra presente, em qualquer lugar, em qualquer setor e, para qualquer trabalhador (a), como por exemplo: um professor ou operário, as metas serão estabelecidas e precisam ser cumpridas. Barreto ressalta, ainda, que a exigência de alcance de metas, se efetiva através de pressões intensas, psicológicas que ocorrem, em geral, por meio de uma gestão de humilhações, que se repetem ao longo da jornada de trabalho, alcançando o coletivo do setor, da empresa, relacionando-se com a “organização do trabalho, com a cultura organizacional e outros aspectos” (SOUZA, 2017, p. 642).

O assédio moral, portanto, insere-se neste contexto das transformações no mundo do trabalho que apresentam como características, a reestruturação produtiva que por meio das novas formas de organizações do trabalho, se torna, cada vez mais, intensificadas e precarizadas, expressando, neste contexto degradação, fragilização e flexibilização nas relações de trabalho, contexto “fértil” para destituição de direitos, agravos à saúde e a ocorrência do fenômeno assédio moral.

A flexibilização das relações de trabalho e as privatizações do serviço público, associada à terceirização repercutem, significativamente, na rotatividade de profissionais, impactando na qualidade dos serviços prestados, na saúde da(o)s

trabalhadora(e)s e na organização coletiva da classe trabalhadora. Neste sentido, Raichelis (2020) faz destaques às sérias consequências da terceirização e dos contratos de trabalho temporários que subordinam as ações profissionais da(o)s assistentes sociais à lógica financeira dos contratos, ocasionando a descontinuidade dos serviços com a população usuária das políticas e, conseqüentemente, a descrença com os serviços públicos prestados. Frente a estas novas formas de organização do trabalho, Raichelis (2020) pontua a questão da ideologia gerencialista⁸, adotada tanto pelas empresas privadas quanto pelo Estado impulsionando a(o)s trabalhadora(e)s ao alcance de metas, fragilizando a autonomia profissional, provocando o enfraquecimento das organizações políticas e sindicais da classe trabalhadora do Estado:

Nesse cenário, a exemplo do que ocorre no mundo das empresas e das organizações privadas mercantis, presencia-se um processo de “reestruturação neoliberal do Estado”, disseminando-se a *ideologia gerencialista*, que esvazia conteúdos reflexivos e criativos do trabalho, enquadra processos e dinâmicas às metas de qualidade e de produtividade a serem alcançadas, reduz as margens de autonomia profissional e enfraquece a organização política e sindical dos/as trabalhadores/as do Estado (RAICHELIS, 2020, p.31, grifos da autora).

A adoção da gestão gerencialista, no contexto de crise do capital, avança e permeia as relações de trabalho, não somente, entre organizações privadas, pois, reproduz-se, também, nas políticas de Estado apresentando-se como empresariamento do trabalho. Para Raichelis (2020), o Estado neoliberal adota um governo empresarial e “impõe a mercadorização da instituição pública” que se desenvolve de acordo com cumprimento de metas e incentivos, provocando a concorrência entre os trabalhadora(e)s, a individualização do trabalho, impactando na sociabilidade e na organização coletiva (RAICHELIS, 2020, p.32).

A forma de gestão gerencialista causa impactos, também, nas relações de trabalho da(o)s assistentes sociais que são, em sua maioria, trabalhadora(e)s assalariada(o)s de órgãos da administração pública, que sofrem com a reforma neoliberal do Estado (SILVA e RAICHELIS, 2015). Com efeito, são instituídos mecanismos de controle de produtividade, com a definição de metas para serem

⁸GAULEJAC (2007) discute o conceito de ideologia gerencialista, apontando que este “preenche o vazio ético do capitalismo, a partir do momento que se dissociou da ética protestante que fundava sua legitimidade. O poder gerencialista se desenvolve diante do duplo movimento de abstração e de desterritorialização do capital, do qual não sabemos mais, exatamente, quem o possui” (p.38).

alcançadas pela(o)s trabalhadora(e)s, o que impõem a intensificação do trabalho, o aumento da jornada de trabalho, provando, assim, o adoecimento da classe trabalhadora e a degradação do ambiente de trabalho, tornando-se um espaço propício para a ocorrência de conflitos e variadas formas de assédio, inclusive, o assédio moral.

Estudos⁹ realizados, nas últimas décadas, apontam as consequências do assédio moral na saúde dos/as trabalhadora(e)s, inclusive, com a categoria profissional de assistentes sociais que atuam nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais. A exemplo o artigo intitulado : O assédio moral nas relações de trabalho da(o) assistente social: uma questão emergente de autoria de Silva e Raichelis (2015), que tem por base o resultado de uma pesquisa de dissertação de mestrado, evidenciou apontamentos sobre as relações de trabalho da(o)s assistentes sociais que sofreram fortes impactos devido à reestruturação do trabalho nas organizações privadas ou públicas, provocadas pela concepção gerencialista que implementa novas formas de gestão da força de trabalho assalariado, e o assédio moral insere-se neste contexto, pois:

Tal ideologia encontra terreno fértil para se consolidar e expandir num ambiente de insegurança, medo da perda do emprego e aumento da competitividade entre os(as) trabalhadores(as), enfraquecendo a luta coletiva e descartando aqueles(as) que não respondem satisfatoriamente à política de gestão institucional. Nesse contexto, o(a) trabalhador(a) é submetido a situações vexatórias e humilhantes que se repetem e se prolongam durante a jornada de trabalho, provocando danos morais e doenças físicas e emocionais que fatalmente culminarão no afastamento do trabalho ou na demissão. (SILVA e RAICHELIS, 2015, p. 600).

Pelo exposto constata-se que a(o)s assistentes sociais como trabalhadora(e)s assalariada(o)s, também, são afetada(o)s, significativamente, pelas transformações contemporâneas do mundo do trabalho, sendo submetidos às degradações e violações de direitos repercutindo na saúde da(o) trabalhadora(e)s. Faermann e Mello (2016) ressaltam que a (o)s assistentes sociais enfrentam as mesmas condições de quaisquer outra(o)s trabalhadora(e)s assalariada(o)s, tendo suas atividades suscetíveis ao domínio e à instabilidade do trabalho, à desvalorização dos salários, à cobrança por produtividades e resultados imediatos, dentre outras

9RAICHELIS, Raquel; SILVA, Ociana D. de. O assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente. São Paulo: Revista Serviço Social e Sociedade nº123, 2015. p.582-603.

situações que repercutem e identifica a intensificação da precarização do trabalho própria do modo de produção capitalista. Tal realidade foi possível constatar no relato dos sujeitos que fizeram parte da pesquisa das mencionadas autoras, os quais apresentaram uma “diversidade de situações complexas, difíceis e fatigantes” (FAERMANN e MELLO, 2016, p.105), que impactam de forma negativa na saúde física e emocional destes profissionais.

4. CONCLUSÃO

A realização da RSL identificou que há poucas produções científicas com abordagem ao fenômeno assédio moral na área de conhecimento do Serviço Social, assim como também relacionado com a categoria de assistentes sociais, no Brasil, em particular na região amazônica. Autores especialistas na temática já comprovam que esta violência possui repercussões significativas na saúde mental dos trabalhadores/as, portanto, torna-se importante o aprofundamento do estudo para debates, reflexões como forma de proporcionar visibilidade a esta violência no trabalho que é tão perversa e que pode levar à morte.

A relevância da discussão sobre esta temática foi apontada pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, no ano de 2011, quando publicou um manifesto sobre a ocorrência do assédio moral intitulado: Assédio Moral nas relações de trabalho que objetivou trazer para a discussão a manifestação deste fenômeno no ambiente de trabalho, assim como, as suas repercussões nas relações profissionais e de saúde dos/as trabalhadores/as, inclusive de assistentes sociais.

Outro aspecto relevante a considerar sobre o resultado da RSL refere-se ao recorte do fenômeno assédio moral relacionado à saúde da categoria de assistentes sociais, devido ao número, ainda, tímido de estudos encontrados na RSL, havendo a necessidade de ampliar estudos que abordem a saúde da(o)s assistentes sociais, corroborando, com o que Raichelis (2020), pontua:

Embora haja muitos estudos na literatura do Serviço Social sobre o campo da saúde do/a trabalhador/a que analisam relações de trabalho e processos de saúde-doença de diversas categorias profissionais, ainda são poucos os estudos empíricos sobre adoecimento e sofrimento de assistentes sociais decorrentes dos processos de trabalhos nos quais estão inseridos/as. (RAICHELIS, 2020, p.34).

O Serviço Social como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho,

não se exclui sobre as determinações das transformações históricas no mundo do trabalho e, conseqüentemente, das novas formas de gestão, sendo assim, a referida categoria profissional, assim como, os demais trabalhadores/as, podem ser vítimas de assédio moral em seus espaços sócio-ocupacionais.

Neste sentido, as relações/ condições de trabalho podem afetar de forma significativa na saúde da(o)s trabalhadora(e)s, o que corrobora com os argumentos de Vicente (2015), o qual observou em sua pesquisa¹⁰ que o surgimento do sofrimento e do adoecimento está presente, principalmente, “nas condições objetivas (organização, instrumentos e meios) promovidas pelas instituições públicas e privadas que demandam o trabalho profissional, utilizando novas e antigas formas de precarização e intensificação do trabalho assalariado, no atual contexto das transformações do mundo do trabalho e das políticas sociais” (VICENTE, 2015, p.578).

Vicente (2015) ressalta que as formas de gestão do trabalho, no contexto do capitalismo financeirizado e monopolista, promoveu a intensificação da reestruturação no mundo do trabalho, no Estado e nas políticas sociais, precarizando de forma profunda as condições objetivas e subjetivas no processo de trabalho, apresentando históricos de condutas de assédio moral, corrupção, perseguições, dentre outras, mas o sofrimento e adoecimento apareceram como conseqüências de forma mais visível de serem observadas.

As repercussões desta violação de direitos na classe trabalhadora são inúmeras e os agravos à saúde mental acompanha este processo de precarização nas relações de trabalho, sendo necessário trazer para a discussão esta violência inserida no ambiente de trabalho e discutir estratégias contra a intensificação do trabalho.

Vale frisar que as reflexões aqui apresentadas são preliminares havendo a necessidade de ampliar e aprofundar o debate, pois as discussões e a socialização destas proporcionam a compreensão de como a precarização do trabalho e o assédio moral impactam de forma significativa na saúde e vida dos/as

10Pesquisa de estágio pós-doutoral (2013-2014) realizada no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP, no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Profissão, que subsidiou a elaboração do artigo “Desgaste mental de assistentes sociais: um estudo na área da habitação”, publicada em 2015 pela revista Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 562-581, jul./set. 2015.

trabalhadores/as na sociedade contemporânea.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª Ed. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial. 3ª Ed., 2000.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1ª Ed., 2018.

BARRETO, Margarida Maria Silveira. **Uma jornada de humilhações**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). PUC/SP, 2002. Disponível em <http://assediomoral.org>. Acesso em: 24 set. 2020.

BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. **Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador**. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). *O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas*. São Paulo, Outras Expressões, 2013. p. 107-123.

BARRETO, Margarida. **Assédio moral: trabalho, doenças e morte**. In: *Anais do Seminário Compreendendo o Assédio Moral no Ambiente de Trabalho*. São Paulo, Fundacentro, 2013.

CFESS MANIFESTA. **Assédio moral nas relações de trabalho**. Brasília: CFESS, 2011.

CAMARGO, M. L. **Presenteísmo: denúncia do mal-estar nos contextos organizacionais de trabalho e de riscos à saúde do trabalhador**. R. Laborativa, v. 6, n. 1 (especial), p. 125-146, abr./2017. Disponível em: <https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1601/pdf> . Acesso em: 26 mar. 2022.

FAERMANN, Lindamar Alves; MELLO. **As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais**. Porto Alegre: Revista Textos & Contextos, v. 15, n.1, p. 96 -113, jan/jul. 2016.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Tradução de Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias Letras, 2007.

HIRIGOYEN, M. F. **Assédio moral: a violência perversa no cotidiano**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

HIRIGOYEN, M. F. **Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral a**

violência perversa no cotidiano. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. O Capital. Livro I. Cap. 1. São Paulo, Boitempo, 2014.

MENEZES, Cláudio Armando Couce de. **Assédio moral.** Revista do TST, Brasília, v. 68, n. 3, p. 189-195, jul/dez, 2002.

MENDONÇA, Helinton Guedes de. **A saúde do servidor como objeto de gestão: um estudo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG).** 2018. 253 p. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** Campinas (SP): Editora UNICAMP e Boitempo Editorial, 2002.

MOTTA, Ana Elizabeth (org.). **A nova fábrica de consensos:** Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

NORAT, Rafael Câmara. **ASSÉDIO MORAL E A PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO:** repercussões sobre a saúde do trabalhador de telemarketing. Paraíba, Dissertação de Mestrado – PPGSS/UFPB, 2018. Disponível em: [Assédio moral telemarketingArquivototal.pdf](#) . Acesso em: 10 fev. 2021.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social:** tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. Serviço Social & Sociedade [on-line], São Paulo, n. 116, p. 609-635. 2013.

RAICHELIS, Raquel. **As Atribuições e competências profissionais à luz da “Nova” morfologia do Trabalho.** CFESS, 2020 Brasília.

RAICHELIS, Raquel; SILVA, Ociana D. de. **O Assédio moral nas relações de trabalho do(a) assistente social: uma questão emergente.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 582-603, jul./set. 2015.

RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. **METAMORFOSES DO TRABALHO E DA POLÍTICA SOCIAL: implicações para o trabalho do(a) assistente social.** Este texto tem como base as pesquisas realizadas pelas autoras no âmbito do PROCAD/Casadinho, projeto financiado pela CAPES/CNPQ e integrado por 3 Programas de Pós-Graduação (UFAL, PUCSP e UFRJ) e se vincula à RETA. Disponível em: <https://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/metamorfozes-do-trabalho-e-da-polc3adtica-social.pdf> . Acesso em: 04 de mai. 2022.

SILVA, Jaqueline Lima da. **O Serviço Social o Debate sobre a categoria trabalho: Mediações para a análise do assistente social como trabalhador assalariado.**

In: TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes e LINS, Maria Alcina Terto. Assistente Social: Trabalhador/a Assalariado/a: Fundamentos Teóricos e Históricos para uma Análise Crítica. Maceió/AL: Edufal, 2015.

SOUZA, Edivânia Ângela de. **Assédio moral e reforma trabalhista: entrevista com Margarida Barreto.** Revista Katálisys, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 641-651, set./dez. 2019 ISSN 1982-0259

,